

# Comissão quer vereadores e Ministério Público no Comam

**Assunto:**

**MEIO AMBIENTE**



Comissão quer vereadores e Ministério Público no Comam

**Projeto de Lei 1392/10,**

**apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, determina uma nova composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), de forma a garantir a representação de instituições que compartilham interesses comuns na defesa do desenvolvimento sustentável da cidade. Pela proposta, que tramita em 1º turno, será obrigatória a participação da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual no órgão.**

A nova composição ampliaria a participação da sociedade civil organizada e dos representantes do Poder Público, redefinindo a estrutura atual. De acordo com o vereador Leonardo Mattos (PV), membro da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, o Comam é um órgão "defasado" do ponto de vista de participação. "Hoje quem escolhe os conselheiros é o prefeito, o que leva a certa parcialidade?", explicou. A expectativa do vereador é elevar a qualidade das discussões e decisões do órgão que têm grande impacto sobre a capital.

Pelo projeto o Conselho será formado por:

- ? Quatro representantes do Executivo;
- ? Dois representantes do Legislativo;
- ? Um representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- ? Um representante de entidade empresarial patronal da indústria, comércio e serviços;
- ? Um representante de entidade sindical de trabalhadores;
- ? Um representante de entidade civil criada com finalidade específica de defesa da qualidade do meio ambiente;
- ? Um representante de entidade de movimento reivindicativo setorial vinculado direta e indiretamente a questão ambiental;
- ? Um representante de associação de bairro ou organização de moradores;
- ? Um representante de entidade de classe;

? Um representante de universidade;

? Um cientista tecnólogo, pesquisador ou pessoa de notório saber dedicado à atividade de preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida.

Órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo, cabe ao Comam, entre outras atribuições, manifestar-se sobre as políticas definidas pelo Poder Público Municipal para a preservação e o uso racional do meio ambiente e dos recursos naturais; e licenciar atividades de construção, instalação e funcionamento de empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços potencialmente poluidores, consumidores de recursos naturais ou depredadores ambientais.

Segundo Mattos, o Comam acaba sendo um espaço de legitimação de licenciamentos que prejudicam o meio ambiente.

?Precisamos de um Conselho que defenda realmente o meio ambiente, que forme opinião, que nos leve a uma cultura de preservação ambiental?.

## **Mata do Planalto**

A iniciativa de propor a alteração da composição do Comam surgiu a partir de uma audiência pública, realizada na Câmara em setembro do ano passado, sobre o empreendimento imobiliário a ser construído na área da Mata do Planalto, considerada a última área verde da Região Norte de Belo Horizonte. Na época, o Ministério Público Estadual questionou a legitimidade na condução do processo que autorizava a construção de prédios de 115 mil metros quadrados.

O promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Meio Ambiente, Luciano Badine, chegou a afirmar que as discussões em torno da construção dos prédios deveriam ser ampliadas, com maior participação da comunidade e até de universidades. ?Temos que garantir total transparência e isenção na análise da licença prévia que trará os impactos ambientais causados com o empreendimento na Mata do Planalto?, declarou.

[Assista a reportagem da TV Câmara](#)

Diante da polêmica em relação ao empreendimento, a decisão sobre a licença prévia para a construção dos prédios foi retirada da pauta do Comam em setembro, a pedido do prefeito Marcio Lacerda, que solicitou uma análise mais aprofundada antes de se proceder à apreciação. Na ocasião, a notícia foi comemorada por moradores, ambientalistas e vereadores. Ainda não há prazo definido para a nova inclusão do assunto na pauta de votação do órgão.

*Notícias relacionadas:*

[Visita técnica avalia área alvo de empreendimento imobiliário](#)

[Moradores pedem que Prefeitura impeça construção](#)

[Empreendimento imobiliário será acompanhado pelo Ministério Público](#)

[Audiência pública retoma polêmica sobre Mata do Planalto](#)

***Superintendência de Comunicação Institucional***

---